

Reflexões Sobre a Pesquisa nos Estudos Organizacionais: Em Busca da Superação da Supremacia dos Enfoques Positivistas

Augusto César de Aquino Cabral

Mestre em Educação pela New Hampshire University e
Doutorando em Administração pela UFMG, Professor Assistente da UFCE
E-mail: augcab@hotmail.com

Resumo

Explorando vários temas interligados, este ensaio apresenta a conversação reflexiva como estratégia de pesquisa potencialmente capaz de superar a supremacia dos enfoques positivistas nos estudos organizacionais (EO). A primeira seção, mais do que fornecer definições, apontar métodos e técnicas superiores, ou divagar sobre dilemas como subjetividade/objetividade e quantitativo/qualitativo, enfatiza a visão da pesquisa como engajamento. A segunda, trata de duas questões: a escassez de livros textos sobre pesquisa na área específica das organizações e a metáfora das conversações. A terceira discute o impacto do trabalho de Burrell e Morgan (1979) nos EO, demonstrando suas implicações metodológicas e epistemológicas. A quarta fornece uma visão ampla do que seja metodologia e explicita as implicações práticas da epistemologia, definida como o discurso sobre a natureza do conhecimento. A quinta especifica as razões pelas quais este enfoque justifica-se, apresenta abordagens que permitem ao pesquisador lidar com a diversidade de pressupostos, e demonstra a inviabilidade de se determinar a supremacia de qualquer estratégia de pesquisa, corroborando, assim, a tese da relevância da modalidade de conversação para as ciências sociais. A *conclusão* reflete sobre estas questões e aponta para perspectivas emergentes.

Palavras-chave:

Pesquisa, estudos organizacionais, epistemologia

Race made a slight grimace. 'I'm used to that. It often seems to me that's all detective work is, wiping out your false starts and beginning again.' 'Yes, it is very true that. And it is just what some people will not do. They conceive a certain theory, and everything has to fit into that theory. If one little fact will not fit it, they throw it aside. But it is always the facts that will not fit in that are significant...' (Agatha Christie: *Death on the Nile* 1938)

Introdução

Historicamente, os estudos organizacionais (EO) remontam à segunda metade do século XIX, período a partir do qual passou-se a verificar o triunfo da ciência e da racionalidade (Reed 1996: 31). A sistematização da teoria organizacional é genericamente associada às primeiras décadas do século XX. De fato, foi ao longo da primeira metade deste século que as diferentes correntes teóricas se solidificaram. Entretanto, foi ao longo das três últimas décadas que a teoria e a prática organizacionais mudaram significativamente. De uma arena quase que consensualmente dominada por concepções funcionalistas, que privilegiam tradições ortodoxas quantitativas de pesquisa, os EO passaram a compor um rico caleidoscópio. Fragmentação, diversidade, e pluralismo representam o panorama atual. Em decorrência da evolução e das revoluções ocorridas e ainda em andamento, estes estudos têm oscilado da ciência normal para a contra-ciência; do *mainstream* para o desconstrucionismo, da modernidade para a pós-modernidade. Como Clegg e Hardy (1996: 1) afirmam, à medida em que novas perspectivas têm proliferado, maiores oportunidades de se iniciar novas conversações têm-se manifestado: mais diversidade, mais discordância; mas também mais pontos de interseção, e mais motivos para o diálogo, debate e disputa.

Não apenas as organizações, sua teoria e prática mudaram, mas também o pesquisador mudou, sinalizando a quebra de velhos paradigmas:

No longer all-knowing, all-seeing, objective or omnipotent, the researcher is forced to re-examine, in a reflexive mode, his or her relation to the research process and the knowledge it produces. No longer a disinterested observer, acutely aware of the social and historical positioning of all subjects and the particular intellectual frameworks through which they are rendered visible, the research can only produce knowledge already embedded in the power of those very frameworks. No privileged position exists from which analysis might arbitrate. (Clegg and Hardy 1996: 3)

Apesar das mudanças constatadas, o chamado enfoque científico, rigidamente alicerçado nos parâmetros da metodologia quantitativa, continua sendo o *ethos* prevalecente de pesquisa no campo dos EO (Bryman 1992: 32). Em parte, a predileção por este enfoque deve-se ao caráter legitimador que o mesmo é capaz de conferir. A crença difundida entre profissionais e acadêmicos do ramo de que somente questões práticas e aplicadas podem gerar conhecimento relevante é ao mesmo tempo uma causa e um reforço desta inclinação. A ênfase na mensuração, na demonstração da causalidade, na generalização, e na replicação são as características da metodologia quantitativa que conferem à pesquisa o tão almejado rigor científico. De fato, o descrédito das abordagens qualitativas deve-se em grande parte à sua incapacidade de permitir replicação (Bryman 1992: 8-10).

Partindo destas perspectivas e fundamentando-se na visão reflexiva das ciências sociais de Morgan (1983), bem como na metáfora dos EO como conversações de Clegg et al. (1996), este ensaio explora a natureza da pesquisa social no campo dos EO. O seu ponto de partida é o reconhecimento da supremacia dos enfoques positivistas-funcionalistas. As análises feitas buscam apontar caminhos para a superação desta

supremacia e não a sua negação. Para tal, faz-se necessário ir além de meras considerações sobre o método de pesquisa; faz-se necessário equacionar pesquisa e conhecimento com interação, engajamento, e escolha. Faz-se necessário, ademais, incorporar vozes de todos os timbres às conversações sobre as organizações.

Diversos temas inter-relacionados são explorados neste ensaio. A primeira seção, *a pesquisa científica*, mais do que fornecer definições estruturadas, apontar métodos e técnicas superiores, ou divagar sobre dilemas como subjetividade/objetividade e quantitativo/qualitativo, busca solidificar a visão da pesquisa como engajamento. A segunda seção, *os estudos organizacionais*, trata de duas questões. Em primeiro lugar, ela levanta a questão da escassez de livros textos sobre pesquisa na área específica das organizações. Em segundo lugar, explora a metáfora das conversações. A terceira seção, *a questão dos paradigmas*, discute a repercussão do trabalho de Burrell e Morgan (1979) na evolução dos EO e demonstra as implicações metodológicas e epistemológicas envolvidas nesta abordagem. A quarta seção, *metodologia e epistemologia*, surge em função da questão dos paradigmas levantada no segmento anterior e visa fornecer uma visão mais ampla do que seja a metodologia e explicitar as implicações práticas da epistemologia, que é definida como sendo o discurso sobre a natureza do conhecimento. A quinta seção, *explorando estratégias de pesquisa através da conversação reflexiva*, especifica as razões pelas quais este enfoque justifica-se, apresenta as abordagens que permitem ao pesquisador lidar com a diversidade de pressupostos concorrentes, e demonstra a inviabilidade de se determinar a supremacia de qualquer estratégia de pesquisa, corroborando, assim, a tese da relevância da modalidade de inquisição de conversação para as ciências sociais. Por fim, a *conclusão* traz um breve levantamento das questões colocadas, faz algumas rápidas reflexões sobre as mesmas e aponta para perspectivas emergentes.

A Pesquisa Científica

Embora o termo pesquisa seja de uso corrente nos mais diversos campos da ciência, ele tende a ser utilizado de forma superficial e imprecisa, sendo muitas vezes confundido com a mera indagação ou procura de dados, ou com determinadas modalidades de enfoques exploratórios. Este estado de coisa, aliado à falta de preparo de alguns 'pesquisadores', tem contribuído mais para o embaçamento da compreensão da realidade social do que para a sua ampliação (Ferrari 1982: 171).

A pesquisa pode ser compreendida como uma atividade racional e sistemática, eminentemente processual, que visa proporcionar respostas a problemas propostos e que é desenvolvida mediante o concurso dos conhecimentos disponíveis e o uso criterioso de métodos, técnicas e outros procedimentos científicos (Gil 1995: 19). Também tem sido definida como "uma atividade humana, honesta, cujo propósito é descobrir respostas para indagações ou questões significativas que são propostas" (Ferrari 1982: 167). A quantidade e variedade de definições e compreensões sobre o que é pesquisa tende ao infinito. Dependendo da conceituação utilizada, implícita, em maior ou menor grau, está a noção de consciência, comprometimento, e engajamento críticos do pesquisador. É exatamente esta postura aberta, plural que se busca explorar neste ensaio. Esta perspectiva alinha-se à visão de pesquisa como engajamento e ao ideal de desenvolvimento mais crítico e reflexivo das ciências sociais defendidos por Morgan (1983).

Quanto à razão para sua existência, a pesquisa pode, de forma geral, ser classificada como sendo de motivação intelectual (pesquisa pura), aquela que decorre do desejo de conhecer pela própria satisfação de conhecer, ou de motivação prática (pesquisa aplicada), aquela que decorre do desejo de conhecer com vistas a fazer algo de maneira mais eficiente ou eficaz. Embora freqüentemente vistas como sendo mutuamente exclusivas, a linha que as separa torna-se cada vez mais tênue à medida em que a ciência desenvolve-se (Gil, 1995: 19-20). Ademais, mesmo as pesquisas que apresentam

finalidades puramente teóricas tendem, a longo ou médio prazo, a ter aplicações práticas ao mesmo tempo em que pesquisas de cunho prático podem contribuir teoricamente com novos fatos para a condução de novas pesquisas, bem como para a compreensão de outros conhecimentos (Ferrari 1982: 170-1).

Apesar de reconhecer a complexidade inerente à atividade de pesquisa do cientista social, Ackoff (1975: 2) enfatiza a importância do pesquisador estar consciente do grau em que ele afasta-se do procedimento ótimo, uma vez que somente reconhecendo suas deficiências, sejam elas impostas de dentro ou de fora, o cientista pode aperfeiçoar seus métodos. Com esta preocupação em mente, pode-se pensar em metodologia como “uma arma de busca, caçada aos problemas e destruição de erros, mostrando-nos como podemos detectar e eliminar o erro, criticando as teorias e as opiniões alheias e, ao mesmo tempo, as nossas próprias”(Lakatos e Marconi 1992: 66).

Um ponto de grande significação em relação à pesquisa científica é levantado por Morgan (1983: 377). Ele diz respeito ao fato de que embora o pesquisador tenda a ser extremamente meticuloso em seus esforços de garantir que o seu projeto de pesquisa obedeça aos mais rígidos controles do método científico, os pressupostos nos quais a pesquisa apoia-se não são submetidos a qualquer espécie de escrutínio. Desta forma, da racionalidade extremada, o pesquisador corre o risco de resvalar para a irracionalidade. Em função desta problemática, a análise de Kuhn (1970) do papel dos paradigmas na investigação científica mostra-se vital uma vez que ela põe em evidência a não-cientificidade de pesquisas conduzidas a partir de pressupostos não conscientemente questionados.

Dado que a ciência busca o “conhecimento certo”, mesmo reconhecendo a natureza falível do mesmo, a procura da certeza constitui um traço inerente ao processo de pesquisa e significa, em última instância, um desafio às verdades autorizadas e consagradas (Ferrari 1982:179). Obviamente, este desafio não pode ser levado ao extremo de significar a negação absoluta de tudo. A este respeito, Ferrari adverte que: “o ceticismo no pesquisador deve ser instrumental e não uma condição metafísica, o que equivaleria a sair dos limites da ciência” (1982:179). Esta atitude de desafio, de questionamento implica também a aceitação da natureza auto-corretiva do conhecimento científico, o que por sua vez, implica o poder potencial da ciência de quebrar dogmas e substituir crenças, muitas vezes institucional e culturalmente arraigadas, portanto altamente resistentes. Casos como o de Freud, Einstein, e mais fortemente, o de Galileu são ilustrativos da impopularidade que esta aceitação auto-corretiva da ciência pode constituir (Ferrari 1982:178), e evidenciam também a carga política e moral na qual tanto a ciência quanto o cientista estão envolvidos. O temor que a ciência tem de ser abalada provém do fato de que toda ciência é uma forma de dominação, tanto do mundo como dos homens, e como tal caracteriza-se pelo medo de perder seu poder, sua hegemonia. Este temor não apenas a faz fechar-se em si mesma, mas a leva a depender continuamente da aprovação e da crença dos outros para manter-se legítima. O ideário da segurança absoluta é perseguido através de estratégias de sistematização, delimitação e exclusão (Demo 1981: 54).

Apesar da resistência das correntes dominantes, a necessidade de questionamento dos métodos tradicionais de pesquisa parece ser um consenso crescente (Daudi 1986: 135). A este respeito, é preciso, em primeiro lugar, deixar explícito que, alinhando-nos a Daudi (1986: 282), por métodos tradicionais compreendemos aqueles ‘derivados diretamente dos modelos das ciências naturais e que também têm seus clássicos nas ciências sociais. Comte e Durkheim sendo dois deles.’ Em segundo lugar, deve-se definir qual o caminho a ser tomado uma vez que há um ponto de chegada pretendido, não a verdade absoluta ancorada pela neutralidade e objetividade científicas, mas sim o conhecimento real, porém, subjetivo, do homem e dos fenômenos humanos nas organizações. Por conhecimento real entendemos uma compreensão coerentemente “construída”, significativa, porém fragmentada.

A proposta defendida é a de que o objetivo da pesquisa não seja a busca, a complementação, ou a superação da verdade, mas sim o início ou a continuidade de diálogos, de conversações. Logo, neste trabalho, não buscamos aprofundar nenhuma estratégia de pesquisa em particular, mas sim refletir sobre o elenco de enfoques e metodologias disponíveis. Permeando as diversas formas de se pensar sobre o tema encontra-se a concepção de que a pesquisa é cíclica, ou seja, é uma atividade contínua que nunca é totalmente completa porque cada pedaço da pesquisa levanta questões adicionais para mais pesquisa, que venham a confirmar, expandir, ou negar as “visões construídas”, mas sempre com um ganho em experiência e conhecimento.

Os Estudos Organizacionais

Apesar do inegável crescimento do campo de conhecimento genericamente denominado “estudos organizacionais” e da forte ênfase entre seus estudiosos em conhecimento empírico sobre as organizações, é notória a carência de livros textos voltados especificamente para a pesquisa organizacional, o que em termos práticos tem significado a obrigatoriedade da tradução de métodos de pesquisa das ciências sociais em geral, principalmente da sociologia e da psicologia, para o contexto das organizações (Bryman 1992: XIII). Esta constatação não implica a negação da inter-disciplinaridade e do pluralismo da área, apenas aponta para uma das razões que têm dificultado a “cientificação” destes estudos ou o seu desenvolvimento mais sistemático, menos fragmentado. Deve-se ressaltar, entretanto, que um dos fatores que tem restringido o progresso intelectual desta área é a ênfase na pesquisa aplicada, que genericamente tende a ignorar a forma como o conhecimento gerado é utilizado (Bryman 1992: 244).

Embora o argumento sobre a premência de textos sobre métodos de pesquisa voltados para a realidade específica dos pesquisadores de organizações seja questionável uma vez que este campo de conhecimento compartilha muitos dos imperativos e desafios das ciências sociais em geral, é inegável que questões metodológicas tendem a encontrar maior ressonância na medida em que centram-se nas necessidades e interesses próprios de sua clientela (Bryman 1992: 1). Apesar de não estarem confinadas aos problemas vivenciados nos EO, as seguintes questões exercem neste campo um impacto consideravelmente significativo: *problemas de acesso*, envolvendo desde a disponibilidade de tempo dos membros da organização até questões políticas cujo equacionamento tende a exigir acordos de reciprocidade entre o pesquisador e a organização; *o nível de análise*, variando desde o foco em indivíduos até o foco na organização total, e suscitando a questão de como identificar o método mais apropriado para que a partir de dados coletados e agregados em um determinado nível seja possível fazer inferências sobre outros níveis; *as dimensões éticas e políticas da pesquisa*, englobando uma série de variáveis, tais como os objetivos da pesquisa e a postura do pesquisador, bem como questões polêmicas como a do uso que é feito dos resultados encontrados; *a preocupação com o conhecimento prático*, cuja manifestação maior é a constante busca da eficácia organizacional, apontada por Mohr (1982) como o Santo Graal da pesquisa organizacional (Bryman 1992: 2-5).

Um ponto mais relevante na análise dos EO concerne a forma de se pensar sobre a prática e a teoria das organizações. O terreno a ser delimitado é objeto de uma ciência? Os EO constituem uma disciplina independente? Eles são uma teoria ou um conjunto mais ou menos coeso de teorias? E de que forma estas diferentes perspectivas afetam e/ou são afetadas pela forma como as pesquisas na área são conduzidas? Embora não haja uma única resposta para estas indagações, uma breve revisão na evolução e/ou revolução destes estudos ajuda a compreender o status corrente deste campo de conhecimento, especialmente em termos de possibilidades de estratégias de pesquisa, o que é o objetivo maior deste ensaio.

Os EO são “uma série de conversações, em particular aquelas dos pesquisadores de estudos organizacionais que ajudam a constituir as organizações através de termos oriundos de paradigmas, métodos e pressupostos, eles mesmos oriundos de conversações anteriores” (Hardy and Clegg 1996: 3). As vozes envolvidas misturam-se em um coral de múltiplos e, por vezes, destoantes tons de tal modo que elas não apenas refletem e reproduzem tradições de pesquisa e práticas em que membros das organizações engajam-se, mas também as refutam (Hardy and Clegg 1996: 3).

Paradoxalmente, a visão dos EO como conversações¹, embora menos ortodoxa e hegemônica do que visões anteriores, perpetua uma tradição de hierarquização e exclusão, solidificando de forma transmutada a clássica visão da ciência como uma luta por domínio intelectual. Este paradoxo evidencia-se, por exemplo, na descrição do *Handbook of Organization Studies* (Clegg et al. 1996), referência quase que obrigatória para os estudiosos da área, como uma celebração de algumas novas modalidades de inquisição, mas também como uma reafirmação das correntes de pensamento dominantes nos EO (Clegg and Hardy 1996: 1). Se por um lado a metáfora da conversação oferece vantagens tais como a de permitir o intercâmbio de idéias em qualquer lugar e a qualquer momento e a de explorar uma ampla gama de temas, dentre tantas outras (Morgan 1983: 376), ela, por outro lado, tende a negligenciar o desejo ou a ocasionalmente legítima necessidade de teóricos ou práticos de fechamento de uma dada questão (Clegg and Hardy 1996: 5) ao insistir na alimentação do ciclo de futuras escolhas, fruto da contestação e reflexão que geram diferenças.

Embora o discurso das conversações constitua, incontestavelmente, uma manifestação de crença em uma ótica de análise superior, devemos compreendê-lo, como nos advertem Clegg e Hardy (1996: 5), não como uma trilha única obrigatória, pela qual todas as concepções sobre teoria e prática devam necessariamente passar, mas sim como uma multiplicidade de pontos de passagem de fluxo livre pelos quais diferentes narrativas podem fluir e autores com diferentes estratégias possam se engajar, quer seja para somar ou contestar. É o próprio processo de engajamento reflexivo que é significativo. Daí, por exemplo, o espaço no manual de Clegg et al. (1996) para perspectivas e genealogias de análise tais como a de Gagliardi (1996) sobre o lado estético das organizações e a de Whipp (1996) sobre estratégia sob a ótica da desconstrução criativa, que poderiam de outra forma ser tidas como irrelevantes ou bizarras demais para ter qualquer valor ou sequer despertar um mínimo de interesse. Analogamente, a coletânea de Morgan (1983) de estratégias para a pesquisa social compartilha desta visão plural na busca de compreensões que nos levem além de questões puramente metodológicas ao abrir caminhos para um engajamento reflexivo orientados por escolhas conscientes.

Historicamente, a teoria organizacional tem evoluído como um terreno em contestação (Reed 1996), no qual diferentes línguas, enfoques e filosofias têm lutado por reconhecimento e aceitação em busca de supremacia e hegemonia. Uma luta política por domínio intelectual (Martin e Frost 1996), disputada de diferentes trincheiras tipicamente alicerçadas em pressupostos epistemológicos e metodológicos mutuamente excludentes, e cujo prêmio maior é o reconhecimento de sua concepção de conhecimento como sendo o conhecimento legítimo, válido e superior.

Em grande parte, o debate em torno destas questões ganhou ímpeto com a publicação de *Sociological Paradigms and Organizational Analysis* (Burrell and Morgan 1979) cuja estrutura de análise classificava a pesquisa sobre as organizações em compartimentos estanques conforme quatro visões paradigmáticas: funcionalista,

¹ Como Clegg e Hardy (1996: 24) especificam, esta metáfora é construída de forma a incluir uma dada comunidade de pesquisadores engajados em um restrito círculo de jornais e instituições, limitando-se, desta forma, aos membros que constituem o chamado ‘invisible college’, notadamente restrito ao mundo anglo-saxão.

interpretativa, humanista radical e estruturalista. Segundo Clegg e Hardy (1996: 5), mais do que um molde classificatório e uma mera teoria de conhecimento, *Paradigms* pretendia ser uma estratégia defensiva capaz de legitimar um espaço no qual enfoques alternativos de pesquisa pudessem se desenvolver a salvo da mira dos funcionalistas.

A Questão dos Paradigmas

A abordagem de análise baseada na concepção de paradigmas invadiu os EO na década de 1980. Embora tenham sido os anos oitenta que testemunharam o apogeu da concepção paradigmática, ela continua exercendo influência tanto na legitimação de determinados conteúdos e perspectivas como na própria institucionalização desta área de conhecimento. Segundo Morgan (1990: 13), este tipo de abordagem expressa o esforço de se compreender a influência e o impacto dos pressupostos que os cientistas trazem para o seu objeto de investigação na sua percepção da realidade. Tendo sido utilizada no contexto organizacional pela primeira vez por Burrell e Morgan em 1979, esta abordagem tem implícita em si a crença de que não apenas diferenças científicas, mas também e principalmente divergências filosóficas constituem a essência das distinções entre formas de análise (Ackroyd 1992: 104). Embora existam diversas concepções sobre a 'idéia' de paradigma, na teoria organizacional, a interpretação prevalente é a de que os paradigmas diferem entre si em termos de suas características epistemológicas e ontológicas, ou seja, em termos das posições filosóficas neles implícitas (Brown 1992: 77).

Esta perspectiva metafísica de paradigma, segundo a qual diferentes paradigmas delineiam diferentes posições filosóficas, significa que os paradigmas contêm e expressam diferenças irreconciliáveis ou incomensuráveis e que qualquer julgamento sobre a adequabilidade de um paradigma só pode ser feito em termos de critérios internamente alinhados à estrutura paradigmática em questão. A possibilidade de se estabelecer uma nítida separação entre fenômenos epistemológicos e sociológicos, e o fato de que dada a inexistência de bases seguras que permita julgamentos entre paradigmas concorrentes, o relativismo é sempre inevitável, são consequências que decorrem desta análise (Brown 1992: 77).

A 'noção' de paradigma é bastante complexa, sendo, portanto, elevado o grau de dificuldade encontrado em sua utilização teórica e aplicação prática. Parte da incoerência, inconsistência, e mal uso desta concepção advém do fato de que em sua formulação original, Kuhn, cujo livro *The Structure of Scientific Revolutions* (1970) representa um verdadeiro marco no campo das ciências sociais, manipulou o conceito de paradigma em vinte e uma maneiras diferentes. Em uma perspectiva ampla, a 'idéia' de paradigma pode contribuir para o debate tanto do *status* da teoria organizacional como disciplina quanto para a abertura das conversações sobre os EO. Na realidade, embora enfatizando a concorrência entre posições intrinsecamente antagônicas e não a complementaridade integracionista e estabelecendo fronteiras excludentes e não limites negociáveis, o clássico estudo de Burrell e Morgan (1979) evidencia a pluralidade de enfoques paradigmáticos. Visões mais contemporâneas buscam ir além desta perspectiva em um esforço não de negação, mas de superação. À medida em que novos paradigmas emergem das mais diversas frentes, os EO buscam explorá-los, testá-los e incorporá-los a seu repertório de análise e pesquisa.

A constatação desta diversidade e, menos ainda, o seu potencial de expansão não necessariamente são bem recebidos. 'Gatekeepers', figuras e instituições classicamente percebidas como legítimos guardiões do saber e conhecimento científicos e da ordem social estabelecida, interpretam o pluralismo paradigmático como uma ameaça. Comprometidos com o *status quo* vigente, os cientistas sociais alinhados a esta perspectiva ocupam uma posição de dominação que não apenas marginaliza quaisquer outras correntes de pensamento, mas que tende a perpetuar-se por estar presa a modelos e métodos arraigados em tradições de pesquisa e padrões de compreensão e geração de

conhecimento subjugados a critérios restritivos e predeterminados. Nesta perspectiva, a diversidade põe em xeque a legitimidade do conhecimento acumulado que estes cientistas detêm sobre as organizações uma vez que novos paradigmas implicam novas formas de conceituação teórica, novas tecnologias de pesquisa, e novos critérios para determinar a qualidade e legitimidade dos conhecimentos gerados. A celebração e o enobrecimento do passado mascaram o medo da perda do poder usufruído no presente; é a estratégia utilizada para a rejeição do futuro, do novo (Morgan 1990: 13).

Percebendo os paradigmas dominantes como referenciais que permitem uma compreensão apenas parcial da organização, alguns cientistas sociais equacionam diversidade com oportunidade. Desta forma, eles não necessariamente negam o passado, tampouco o reverenciam, ao invés disso, celebram o futuro por seu potencial de oferecer novos *insights* e novas formas de compreensão que podem tanto complementar quanto substituir velhos paradigmas, mas que podem, acima de tudo, oferecer uma perspectiva plural do fenômeno organizacional (Morgan 1990: 13-4). A pluralidade abre a perspectiva de se incluir nos EO vozes geográfica, social e linguisticamente excluídas da '*mainstream*'. *Gênero*, enfocando a questão da mulher na organização; *raça e etnia*, enfocando aspectos biológicos, geográficos e históricos; *tecno-ciência*, enfocando não apenas os processos e práticas através dos quais a organização é ordenada, mas também a dinâmica interação entre cultura e tecnologia; e *(sub)desenvolvimento global*, enfocando os contrastes nos padrões de desenvolvimento em todo o mundo constituem temas tradicionalmente mantidos fora da agenda dos EO. Mais do que meramente ampliar o campo da pesquisa organizacional, a inserção destes temas descortina uma longa tradição de miopia intelectual, ideológica, e institucional e ocasiona uma revolução nas relações de poder e nas tradições de investigação (Reed 1996: 48-50).

As duas posturas sumarizadas acima indicam, de fato, inclinações em direção aos dois extremos de um *continuum*. Além de existirem vários posicionamentos intermediários, existem também algumas justaposições e, ainda, posturas oscilantes, de difícil categorização. Ademais, esta é apenas uma dentre tantas classificações possíveis. Tomando-se por base a tese da incomensurabilidade dos paradigmas e enfocando-se os abismos lingüísticos que impedem a comunicação entre estes, aspectos críticos na consideração da diversidade como ameaça ou como oportunidade e na análise da viabilidade ou não da mudança paradigmática, outros debates têm surgido. Em reação ao trabalho de Burrell e Morgan (1979), por exemplo, Clegg e Hardy (1996: 5) identificam três grupos distintos de posicionamentos que, de alguma maneira, tentaram lidar com as questões da possibilidade de se superar a barreira lingüística de modo a viabilizar a comunicação entre os paradigmas e da sensatez ou não de se superar esta barreira dada a possibilidade de que os "imperialistas invadissem e dominassem os territórios mais fracos" caso tal superação ocorresse. Utilizando-se de sofisticados artifícios filosóficos e lingüísticos, o primeiro grupo, formado por acadêmicos fortemente orientados para a racionalidade e a busca da verdade, saiu em defesa dos paradigmas alternativos e da solução do problema da incomensurabilidade. O segundo grupo, que, obviamente, incluía Burrell e Morgan, manteve guarda junto as quase intransponíveis fronteiras entre paradigmas. No lugar do diálogo, a mudança paradigmática era a única forma legítima de se cruzar as fronteiras. O passaporte exigido era a total conversão 'religiosa' em completo detrimento da posição filosófica anterior. O último grupo era o dos defensores da fé 'ortodoxa' do funcionalismo e da ciência normal. Na guerra dos paradigmas, as batalhas mais violentas foram travadas pelos e entre os rebeldes, os defensores dos paradigmas alternativos, que embora compartilhassem um forte descontentamento em relação à corrente imperialista dominante, degladiaram-se por razões políticas (Clegg and Hardy 1996: 5-6).

É exatamente a questão política e as guerras nas relações de poder que devem ser percebidas como o pano de fundo da questão dos paradigmas. Grupos de indivíduos com

diferentes valores, pressupostos, interesses, língua e bagagem étnico-cultural tendem a privilegiar diferentes padrões de conhecimento. Como conhecimento é poder, a luta pela supremacia do conhecimento tende a acirrar-se. A aprendizagem advém, entretanto, não da homogeneidade imposta, mas da pluralidade conquistada, não da uniformidade míope, mas da diversidade crítica, não da certeza absoluta, mas da sabedoria relativa. Não existe solução ótima para a questão da mudança paradigmática, existe sim a certeza da dinamicidade do conhecimento. Em si mesmo, este tipo de enfoque parece superado, devendo ser substituído por outros tipos de abordagem (Clegg and Hardy 1996: 8). Argumentando que a 'idéia' de paradigma tem exercido uma influência funesta sobre o campo dos EO a ponto de ser um dos maiores responsáveis pela sua dificuldade em desenvolver-se, Ackroyd (1992: 104) enfaticamente assevera que este tipo de enfoque deve ser completa e finalmente descartado. A forma como ele institucionaliza e legitima o conhecimento é a sua falha maior.

A necessidade de explorar novos enfoques e de estabelecer novas compreensões sobre paradigmas é um ponto também defendido por Morgan (1990: 26). A operacionalização desta perspectiva pressupõe, entretanto, a superação de barreiras e restrições institucionais impostas principalmente por jornais, associações, e instituições acadêmicas. Estas restrições constituem um dos fatores que mais restringe a inovação, a disposição de alguns pesquisadores de correr riscos, e a exploração de perspectivas de pesquisa não convencionais, principalmente no contexto internacional anglo-saxão. Aqueles que ousam desafiá-las tendem a não conseguir publicar, não conseguir verbas, e mesmo podem por em risco a estabilidade de suas carreiras. Portanto, tanto a realização quanto o incentivo a novos empreendimentos torna-se um grande desafio. Alguns pesquisadores mais inquisitivos, mais sintonizados com as novas realidades, pressões, e tendências do macro ambiente conseguem identificar e efetivamente explorar novas fronteiras de pesquisa carentes de investigação, efetuando, assim, uma verdadeira mudança paradigmática (Morgan 1990: 28-9).

Evidentemente, esta restrição à exploração de enfoques fora da perspectiva positivista-funcionalista dominante não é absoluta, nem é igualmente sentida em todos os mercados editoriais. Ela representa a perpetuação de uma supremacia e não uma total hegemonia, como ilustram os seguintes exemplos. Tomando por base a análise das publicações da ANPAD, o fórum mais importante de debate dos EO no Brasil, de 1990-1996, Rodrigues (1977) constatou que, em termos de enfoques metodológicos, os pesquisadores brasileiros tendem a adotar mais freqüentemente estudos de casos qualitativos ao contrário da reconhecida preferência americana por enfoques quantitativos. Tomando por referência o artigo de Chanlat (1994), Rodrigues também ressalta que, apesar da influência do padrão americano, os EO têm mantido a sua originalidade e diversidade na França. No trato desta questão, a argumentação visa não negar a existência ou a conquista de um espaço, mas sim expandir os seus limites de modo a intensificar a sua repercussão na comunidade internacional, nos circuitos onde o chamado conhecimento legítimo é 'construído'.

Metodologia e Epistemologia

A abordagem paradigmática traz à tona tanto a questão dos pressupostos epistemológicos da pesquisa quanto a da sua metodologia, que examinaremos em seguida começando pela última. Ao tratar dos métodos de uma ciência, comumente se indicam os procedimentos da coleta dos elementos empíricos em que cada uma se funda. Nesta perspectiva, método é um conjunto de processos ou de meios de pesquisa conscientemente adaptados ao estudo de um objeto determinado. Na verdade, porém, a metodologia compreende mais que isso, incluindo os pressupostos lógicos e as normas para a sistematização dos dados, sob a forma de constructos, hipóteses e teorias. Desta forma, ao engajar-se em uma ou algumas das diversas abordagens metodológicas disponíveis que

implícita ou explicitamente pressupõem compromissos e a manipulação de pressupostos, o cientista social segue em busca de uma ciência mais científica, menos absoluta; logo, mais relativa. Esta relativização é o âmago da ciência, o seu maior critério porque significa a crítica autocrítica (Demo 1981: 255). Significa que o “que menos sabemos é exatamente o que é a realidade” (Demo 1981: 255). Antes de tudo o mais, a questão do método implica ‘a articulação de um perspectiva sobre a vida, de uma ideologia e de uma visão filosófica fundamental’ Daudi (1986: 116). Logo, sua definição obedece a um longo processo de maturação.

Segundo Demo (1981: 66), “Etimologicamente, Metodologia contém a idéia de *caminho a ser seguido*, aparecendo o metodólogo à luz de uma tonalidade moralizante, à medida que se oferece como delimitador profissional de terras: as científicas e as não científicas, de acordo com o maior ou menor seguimento das regras de ação”. Como demonstra Demo (1981: 66), desta perspectiva decorre a visão ascética, desencarnada, e estritamente lógica da produção científica. Uma visão que sobrepõe-se ao enquadrar o cientista nos rigores das normas metodológicas, banindo-lhe de impulsos, intuições, e instintos. Na inversão dos meios e fins, a metodologia, em princípio instrumental para a pesquisa, paradoxalmente torna-se a própria pesquisa. Instaure-se desta forma o problema de como contemporizar a criatividade científica com a normatização metodológica uma vez que “o espírito inventivo aprende em metodologia mais o que rejeitar do que o que seguir, assim como o pintor moderno estuda pintura clássica para poder superá-la com mais segurança.” (Demo 1981: 66). Não se trata de anular o valor da metodologia, mas apenas de atribuir-lhe limites. Com uma certa dose de exagero e ironia poderia-se concluir, como o faz Demo que “ela é feita para os mortais, não para os gênios” (Demo 1981: 66). Ao mesmo tempo fica evidente que a conformação à normas não pode ser sinônimo de mediocridade. De fato, o aspecto normativo da metodologia é apenas mais uma manifestação do caráter eminentemente normativo da própria ciência e da sociedade como um todo.

Em relação ao caráter normativo da metodologia, é interessante notar que, tradicionalmente, a sua preocupação maior tem sido a de alertar os pesquisadores dos perigos potenciais na condução de suas atividades: influenciar ou ser influenciado (Daudi 1986: 119). No equacionamento deste dilema, algumas medidas poderiam ser tomadas. Daudi explica que, em um primeiro esforço, o pesquisador poderia ser isolado em uma redoma de vidro de modo a não ser visto. Mesmo assim, porém ele/ela ainda pode ser influenciado por aquilo que vê. O ideal, então, seria, não ver e não ser visto, ou seja, estudar o imaginário. Entretanto, dado que até o imaginário pode ser influenciado, continua o autor, tudo o que resta ao pesquisador é puramente *decretar* o seu completo desligamento, simplesmente afirmando que assim é. Paradoxalmente, acrescenta, Daudi (1986: 120), muitos dos fatores contra os quais o pesquisador é alertado, as fontes de preconceitos, são exatamente aqueles que tornam possível a interação e a comunicação entre as pessoas e que, em geral, são de grande relevância para o contexto social estudado. Entretanto, conclui o autor (1986: 135), quando o nosso interesse está voltado para “processo e interação, significado e relações sociais”, então é evidente que “a participação e até o envolvimento ativo são estratégias de pesquisa apropriadas”.

Quanto à epistemologia, pode-se defini-la como “o ramo da filosofia que concentra-se no conhecimento e no conhecer, incluindo questões de o que é o conhecimento (ou o que são vários tipos de conhecimento), e como chegamos a conhecer, e a relação entre conhecimento e certeza”². Em grande parte por ser freqüentemente utilizada sem definição clara ou alguma forma de referência prévia, a palavra epistemologia tende a ser de difícil compreensão, principalmente, entre os menos iniciados nas ciências sociais (Jenkins, 1994: 45-6). Entretanto, em sua essência, “a epistemologia nem é especialmente complexa nem divorciada das preocupações mundanas da vida diária. Epistemologia é o discurso sobre a

² ‘Philosophy’ — PowerCD — ZCI Publishing Concise Encyclopedia, Text 28, p. 1.

natureza do conhecimento. As questões-chaves que ela envolve não são difíceis de compreender (embora possam ser difíceis de responder): Como é que eu conheço *x*? Como é possível eu dizer que conheço *x*? Qual é o status ou autoridade do meu conhecimento de *x*? E assim por diante. Estas perguntas são ao mesmo tempo práticas (tem a ver com *método*) e filosófica ou teórica (elas formam a base da *metodologia*, o discurso sobre o método)" (Jenkins 1994: 45-6).

Superar a clássica lacuna entre o prático e o filosófico torna-se o desafio do pesquisador. Da adoção de uma visão conciliatória, emergem outros questionamentos: "O que eu devo fazer para conhecer *x*? Como eu devo fazê-lo? Quais são as implicações para o meu conhecimento de *x* de eu adotar um dado procedimento de pesquisa ao invés de um outro?" (Jenkins 1994: 46). Enfatizando a relevância desta consciência em relação ao lado prático das questões epistemológicas, Jenkins (1994: 46) afirma que ela constitui um dos pontos mais fortes da sociologia de Bourdieu.

Explorando estratégias de pesquisa através da conversação reflexiva

Morgan (1983: 374-5) aponta três razões pelas quais o enfoque de explorar as estratégias de pesquisa através de conversação justifica-se. Em primeiro lugar, o fato de que ele encoraja o pesquisador a reconhecer o processo de pesquisa em si mesmo como uma forma de interação social. Desta interação decorre uma aprendizagem que permite o pesquisador escolher entre estratégias alternativas ou modificar sua estratégia preferida de modo construtivo. Em segundo lugar, o fato de que permite que o pesquisador compreenda as diferentes estratégias de pesquisa apenas como diferentes 'vozes' em uma conversação sobre a natureza e o status do conhecimento. Esta perspectiva leva o pesquisador a compreender que diferentes vozes podem não apenas oferecer diferentes interpretações, mas podem também ter diferentes públicos e utilizar diferentes linguagens. A implicação disto é que o pesquisador passa a considerar reivindicações de conhecimento (*knowledge claims*) não como declarações que pretendem ser absolutas, mas sim provisórias. Em terceiro lugar, o fato de que ele possibilita o engajamento em uma conversação reflexiva sobre a natureza e as alegações de diferentes estratégias de pesquisa de um modo que deliberadamente tenta minimizar o comprometimento com um ponto de vista predileto. Além de evitar o prejulgamento das questões envolvidas, esta postura explora a diversidade na qual encontram-se novas oportunidades. Subjacente a este enfoque está a ênfase na importância da reflexão crítica como base para a ação.

Do processo de troca em que sustentam-se as conversações surge a oportunidade da construção de um diálogo voltado não para a busca da verdade a qualquer custo ou para a negociação de um consenso prematuro, capaz de silenciar vozes e garantir uma hegemonia, mas sim voltado para a aprendizagem através do próprio processo e preocupado em encorajar as diferentes estratégias de engajamento, as diferentes vozes enquanto houver discordância (Morgan 1983: 373-4).

Neste contexto, um dos problemas mais prementes é aquele colocado por Morgan (1983: 378): o de lidar com a diversidade. São as dificuldades do pluralismo (Demo 1981: 43-5), tomando por base os trabalhos de Churchman (1971), Mason e Mitroff (1981), e Feyerabend (1975), Morgan propõe cinco enfoques por meio dos quais é possível responder a ao desafio de lidar com a diversidade de pressupostos concorrentes: *supremacia*, voltada para a avaliação dos pressupostos; *síntese*, voltada para a busca de fundamentos comuns; *contingência*, voltada para a adoção de critérios de utilidade; *dialética*, voltada para a contraposição de insights de diferentes perspectivas; e *qualquer coisa serve* (anything goes), voltado para o completo relativismo ou anarquismo teórico e metodológico.

Dado que estes cinco enfoques repercutem de forma distinta no estilo de orientação que o pesquisador pode ou deve adotar em seu trabalho, surge mais uma vez a questão da

avaliação e escolha da melhor estratégia para se lidar com o caos ocasionado pela diversidade de abordagens. Na realidade, a falta de um ponto de referência independente — dado que há uma contradição lógica na tentativa de argüir pela certeza ou superioridade de um conhecimento derivado de um conjunto de pressupostos se o argumento proposto deriva destes pressupostos — nos conduz ao problema do relativismo. Simplesmente não há fundamentação para se afirmar que uma dada perspectiva de pesquisa é mais apropriada do que uma outra qualquer ou para se invalidar estratégias menos ortodoxas, por mais bizarras que elas possam parecer à primeira vista (Morgan 1983: 380-1). Explorar as possibilidades é a estratégia que resta na busca de solucionar o problema do conhecimento. A trilha para esta jornada é feita através das conversações, do engajamento reflexivo.

Conclusão

As mudanças ocorridas no campo dos EO têm resultado em crescentes diversidade e fluidez, e, ao mesmo tempo, em decrescentes certeza e estrutura, tanto na esfera teórica quanto na esfera prática (Clegg and Hardy 1996: 11). Novos tempos, novos problemas, novas modalidades de pesquisa. A busca de novos caminhos não exime o pesquisador de trilhar as rotas tradicionais da pesquisa, tampouco o autoriza a descartá-las. Ao contrário, ela pressupõe a sua superação pela adoção de uma postura científica diferenciada, mais crítica, mais reflexiva, menos intransigente.

A forma de encarar os problemas de pesquisa e de conduzi-la está associada ao estado de espírito, ou ao estado mental do pesquisador que reflete, até certo ponto, o mundo no qual ele vive, ou mais precisamente a sua visão de mundo. O que o pesquisador acredita, o que aceita como modalidades de conhecimento, é sempre um reflexo de seu contexto social e cultural. O hábito de crer que a pesquisa é sempre objetiva e busca demonstrar a “verdade” ou os “fatos” sobre um dado fenômeno sob investigação, mascara a consciência que estas influências exercem.

O fato de que a ciência não oferece possibilidade de prova absoluta ou de verdades eternas anteriormente asseverado, não é razão para que o pesquisador venha a dotar uma postura passiva, paralizadora de agnosticismo que o impeça de agir e chegar a alguma conclusão. Afinal, a “ciência busca por um conhecimento que é certo e confiável suspendendo a certeza como um meio para este fim” (Morgan 1983: 383). No máximo, o cientista pode aspirar às conclusões mais razoáveis que podem ser tiradas à luz da melhor evidência alegada para sustentar um dado assunto. Ao mesmo tempo, o constante estado de alerta às fontes de ambigüidade e falibilidade da evidência disponível são a garantia contra o risco dela degenerar-se em dogma (Chein 1987: 104). Do mesmo modo, também a adoção de uma postura metodológica aberta não deve ser levada ao extremo de impedir a ação.

Os métodos de pesquisa oferecem diferentes maneiras de explorar o mundo social, permitindo, ou mesmo exigindo escolhas em função do assunto proposto e da questão enfocada de modo que nenhum método pode ser coroado como o melhor. Cada um tem seus pontos fortes e suas limitações, “...cada um é útil para explorar um terreno diferente e alcançar um diferente destino. Escalar montanhas pode deleitar seus sentidos e fazê-lo descobrir uma vida que nunca viu antes, mas dirigir às vezes é necessário e voar pode ser a maneira mais sensata de cobrir grandes distâncias. Assim também com os métodos de pesquisa” (Selltitz et al. 1987: 10). Conjugá-los é, por vezes, a escolha mais apropriada. Entretanto,

“Por mais que se defenda a democracia igualitária, a prática do poder é sempre excludente. Assim seria a própria negação do processo científico, tanto a falta total de postura metodológica, quanto a redução de todas elas a um plano de absoluta igualdade. A acumulação histórica do conhecimento não seria possível sem a defesa, às vezes

dogmática, de posições tidas por seguras. Teoricamente, isto seria um atentado à teoria crítica; praticamente, porém, a ciência se dá no calor da batalha.” (Demo, 1981: 45)

Alinhados ao pensamento de Morgan (1983: 407), acreditamos que a adoção de estratégias de pesquisa, cujas orientações vão além do método — de modo a nos permitir enxergar os estudos das organizações como conversações — pode ser mais do que um ponto de partida na construção de uma ciência social mais ética, mais consciente. Ademais, como enfatizado por Rodrigues (1997), reflete a sensibilidade de vários autores (e.g. Chanlat 1994; Whitley 1995) em relação à necessidade de expressão de vozes historicamente excluídas por limites geográficos e lingüísticos, constituindo, assim, uma janela de oportunidade de engajamento no cenário mundial para pesquisadores de países emergentes como o Brasil, por exemplo. Enfim, a estratégia das conversações é, a um só tempo, uma base onde o pesquisador social pode engajar-se em uma postura crítica e plural por meio da qual ele se encontra como indivíduo e como pesquisador e um trampolim a partir do qual ele poderá transcender para visões além das conversações, crescendo não apenas como profissional, mas como ser humano.

REFERÊNCIAS

- ACKOFF, R. **Planejamento de pesquisa social**. 2^a. ed. São Paulo: EPU, 1975.
- ACKROYD, S. Paradigms lost: paradise regained? In: M. REED, and M. HUGHES (eds.), **Rethinking Organization: new directions in organization theory and analysis**. London: Sage, 1992. pp. 102-19.
- BROWN, C. Organization studies and scientific authority. In: M. REED, and M. HUGHES (eds.), **Rethinking Organization: new directions in organization theory and analysis**. London: Sage, 1992. pp. 67-84.
- BRYMAN, A. **Research methods and organization studies**. 2nd ed. London: Routledge, 1992.
- BURRELL, G and MORGAN, G. **Sociological paradigms and organizational analysis**. London: Heinemann, 1979.
- CHANLAT, J. Francophone organizational analysis (1950-1990): an overview. **Organization Studies**, n. 15, p. 47-9, 1994.
- CHEIN, I. Apêndice: uma introdução à amostragem. In: L. KIDDER (org.), **Métodos de Pesquisa nas Relações Sociais**. Vol. 1. São Paulo: EPU, 1987. pp. 81-104.
- CHURCHMAN, W. **The design of inquiring systems**. New York: Basic Books, 1971.
- CLEGG, S. and HARDY, C. Introduction: organizations, organization and organizing. In: S. CLEGG, C. HARDY and W. NORD (eds.), **Handbook of Organization Studies**. London: Sage, 1996. pp. 1-28.
- CLEGG, S., HARDY, C. and NORD, W. (eds.) **Handbook of organization Studies**. London: Sage, 1996.
- DAUDI, P. **Power in the organization: the discourse of power in managerial praxis**. Oxford: Basil Blackwell, 1986.
- DEMO, P. **Metodologia científica em ciências sociais**. 2^a. ed. São Paulo: Atlas, 1981.
- FERRARI, T. **Metodologia da pesquisa científica**. São Paulo: McGraw-Hill, 1982.
- FEYERABEND, P. **Against method**. London: New Left Books, 1975.
- GAGLIARDI, P. Exploring the aesthetic side of organizational life. In: S. CLEGG, C. HARDY and W. NORD (eds.), **Handbook of Organization Studies**. London: Sage, 1996. pp. 565-79.
- GIL, A. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3^a. ed. São Paulo: Atlas, 1995.
- HARDY, C. and CLEGG, S. Some dare call it power. In: S. CLEGG, C. HARDY and W. NORD (eds.), **Handbook of Organization Studies**. London: Sage, 1996. pp. 622-41.
- JENKINS, R. **Pierre Bourdieu**. 3rd. ed. London: Routledge, 1994.

- KUHN, T. **The structure of scientific revolutions**. Chicago: University Press, 1970.
- LAKATOS, E. e MARCONI, M. **Metodologia Científica**. 2^a. ed. São Paulo: Atlas, 1992.
- MARTIN, J. and FROST, P. The organizational culture war games: a struggle for intellectual dominance. In: S. CLEGG, C. HARDY and W. NORD (eds.), **Handbook of Organization Studies**. London: Sage, 1996. pp. 599-621.
- MASON, O. and MITROFF, I. **Challenging strategic planning assumptions**. New York: John Wiley, 1981.
- MOHR, B. **Explaining organizational behavior: the limits and possibilities of theory and research**. San Francisco: Josey-Bass, 1982.
- MORGAN, G. Paradigm diversity in organizational research. In: J. HASSARD and D. PYM (eds.), **The Theory and Philosophy of Organizations: critical issues and new perspectives**. London: Routledge, 1990. pp. 13-29.
- MORGAN, G. Toward a more reflective social science. In: G. MORGAN (ed.), **Beyond Method**. London: Sage, 1983. pp. 368-76.
- MORGAN, G. The significance of assumptions. In: G. MORGAN (ed.), **Beyond Method**. London: Sage, 1983. pp. 377-82.
- MORGAN, G. Knowledge, uncertainty, and choice. In: G. MORGAN (ed.), **Beyond Method**. London: Sage, 1983. pp. 383-91.
- MORGAN, G. In research, as in conversation, we meet ourselves. In: G. MORGAN (ed.), **Beyond Method**. London: Sage, 1983. pp. 405-7.
- REED, M. Organizational theorizing: a historically contested terrain. In: S. CLEGG, C. HARDY and W. NORD (eds.), **Handbook of Organization Studies**. London: Sage, 1996. pp. 31-56.
- RODRIGUES, S. Organization studies: Anglo-Saxon knowledge in Brazil. **Organization**. Special Issue: Latin America. 1997. (Forthcoming)
- SELLTIZ, C. WRIGHTSMAN, S. e COOK, W. Explorando o mundo social. In: L. KIDDER (org.), **Métodos de Pesquisa nas Relações Sociais**. Vol. 1. São Paulo: EPU, 1987. pp. 1-10.
- WHIPP, R. Creative deconstruction: strategy and organizations. In: S. CLEGG, C. HARDY and W. NORD (eds.), **Handbook of Organization Studies**. London: Sage, 1996. pp. 261-75.
- WHITLEY, R. Academic knowledge and work jurisdiction in management. **Organization Studies**, n. 16, p. 81-106, 1995.